

A REVOLUÇÃO RUSSA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: DE 1917 A 1930

Wanderson Fabio de Melo

UFF, Campi de Rio das Ostras

wfabiomelo@yahoo.com.br

O texto analisa a situação da habitação popular na Rússia antes da revolução de Outubro, as medidas dos bolcheviques para a enfrentar o déficit habitacional, os impactos na moradia com a NEP, com os Planos Quinquenais e com a ascensão do stalinismo.

Na Rússia dos tzares não havia preocupação com a moradia popular por parte das autoridades, embora o Império Russo passasse pelo crescimento de algumas cidades desde o final século XIX, momento no qual aumentou a produção industrial e quando a miséria rural forneceu à cidade cerca de 10 milhões de proletários famintos. Sendo assim, deve-se destacar que em concomitância a ampliação da indústria no país dos Romanov, emergiu o problema da habitação e o pauperismo urbano.

Com a Revolução de Fevereiro de 1917, que instaurou a processualidade da relação dual de poder, permitiu evidenciar o caráter do Governo Provisório que contava com o apoio dos conciliadores socialistas-revolucionários e mencheviques. Desse modo, o governo oficial não foi capaz de tirar a Rússia do conflito imperialista, não realizou a reforma agrária, não reconheceu o controle operário da produção, mostrou-se incapaz de garantir a autodeterminação dos povos, tampouco emitiu algum decreto requisitando locais para efetivação da reforma urbana que poria fim a especulação imobiliária. Os conciliadores deixaram o poder aos fanáticos da propriedade, para, em seguida, pregar inutilmente às massas o respeito pela legalidade jurídica sem alteração da estrutura social.

O dirigente menchevique e apoiador do Governo Provisório, Fiódor Dan proferiu em discurso, poucos dias antes da Revolução de Outubro no Comitê Executivo dos Sovietes:

Conceder todo o poder aos Sovietes? Será a morte! Os bandidos e os ladrões só desejam isso para iniciar os incêndios e os saques. Quando se lançam palavras de ordem dessa espécie: “Invadam as casas! Apodrem-se das roupas e dos calçados da burguesia!” – (Tumultos, gritos: “Ninguém lançou tais palavras de ordem! Mentiroso! Cínico!”) – Bem, seja. É possível que as coisas

não se deem assim, no começo. Mas, no fim, é inevitável! (Apud REED, s/d, p. 94)

Ao contrário dos conciliadores mencheviques e socialistas-revolucionários, os bolcheviques expressaram os anseios populares de transformações nas condições de vida. Desde o mês de abril de 1917 bateram pela consigna de todo poder aos soviets, mesmo em situação minoritária naquela instância. No mês de outubro, eles conquistam a maioria no Congresso soviético de toda a Rússia e deram passos decisivos para a revolução social. Os conciliadores desesperados acusaram os bolcheviques de “invasores de casas”, na medida em que os revolucionários apontavam confiar nas forças do movimento e das ações das massas, não esperavam transformações passivamente a partir do governo comprometido com os capitalistas. Nessa direção, os partidários de Lenin encarnaram a vontade popular e dirigiram o processo de deflagração da Revolução Russa.

Acerca do funcionamento da nova forma de dominação social sustentada no proletariado e as consequências sobre o problema da habitação, o revolucionário russo escreveu:

O aluguel das habitações, propriedade de todo o povo, a diferente família sem troca de uma renda, pressupõe também a cobrança dessa renda e um certo controle e estabelecimento de certas normas de repartição das habitações. Tudo isto exige uma certa forma de estado, mas não requer de modo nenhum um aparelho militar e burocrático especial, com funcionários beneficiando de uma situação especial privilegiada. (LENINE, 1988[a], p.261).

Pode-se verificar que para Lenin no calor dos acontecimentos de 1917, assim como para Engels em sua teorização vinculadas ao movimento operário de sua época, a abolição da propriedade privada das instalações urbanas não significaria a eliminação da renda, mas a sua transferência à sociedade, ou seja, aponta-se a conservação da relação de arrendamento, contudo em outras bases, distintas à da economia de mercado, que é ancorada no valor de troca e, portanto, geradora de especulação imobiliária. Quanto ao instrumento para a construção do socialismo no tocante à moradia, o líder revolucionário russo propôs não a máquina estatal da nobreza autocrática, ou a da sociedade burguesa, mas a do Estado em extinção, frisou os mecanismos do Estado-Comuna, ou seja, o organismo estatal sem a burocracia permanente separada do povo. Portanto, encaminha

com o povo por meio de seus mecanismos de força, isto é, os Sovietes constituídos na relação da dualidade de poderes durante à situação revolucionária.

No contexto de agravamento da crise russa, Lenin comentou a forma de como seria o desenvolvimento da política de moradia na ditadura do proletariado: “O Estado precisa de desalojar coercitivamente uma determinada família de sua casa e de alojar outra. Isto é o que faz a todo o momento o Estado capitalista, e irá fazê-lo também o nosso, o Estado proletário e socialista.” (1988[b], p. 346)

Ao detalhar a sua explicação sobre o sentido da ditadura do proletariado frente à habitação, Lenin recupera o *modus operandi* do Estado burguês:

O Estado capitalista desaloja uma família de operários que perdeu a pessoa que a mantinha e deixa de pagar a renda. Aparece o oficial de diligências, um polícia e um guarda, todo um pelotão deles. Num bairro operário, para executar um despejo é necessário um destacamento de cossacos. Porquê? Porque o oficial de diligência e o guarda se negam a ir sem uma muito forte proteção militar. Sabem que o espetáculo do despejo provoca em toda população dos arredores, em milhares e milhares de pessoas quase levadas ao desespero, uma ira tão furiosa, um tal ódio aos capitalistas e ao Estado capitalista, que o oficial de diligências e o pelotão de guardas podem ser feitos em pedaços num instante. São necessárias grandes forças militares, para uma grande cidade é preciso trazer alguns regimentos, necessariamente de qualquer região afastada, para que os soldados sejam estranhos à vida dos pobres da cidade, para que os soldados não possam “ser contaminados” pelo socialismo. (1988[b], p. 346)

O líder russo discorreu sobre a prática do despejo impetrada pelos proprietários de imóveis com o respaldo do judiciário e da força policial para desalojar a população em nome do sagrado direito de propriedade. A necessidade humana é desconsiderada pelo estado burguês e os seus agentes, sendo assim, revela-se que o centro das preocupações da burocracia permanente estatal é a defesa intransigente da propriedade privada.

Acerca da perspectiva de mudanças nas prioridades do plano habitacional após o processo revolucionário, Lenin exemplificou:

O Estado proletário precisa de alojar coercitivamente na casa de um rico uma família extremamente necessitada. O nosso destacamento da milícia operária é composto, suponhamos, por 15 pessoas: dois marinheiros, dois soldados, dois operários conscientes (basta que só um deles seja membro do nosso partido ou simpatizante), 1 intelectual e 8 trabalhadores pobres, obrigatoriamente pelo menos 5 mulheres, criados, trabalhadores não qualificados, etc. O destacamento apresenta-se em casa do rico, analisa-a, encontra 5 quartos, dois homens e duas mulheres. – “Cidadãos, apertem-se durante esse inverno em dois quartos e preparem dois quartos para a instalação neles de duas famílias que vivem em caves. Temporariamente, enquanto com a ajuda dos engenheiros

(o senhor é engenheiro, não é?) não tivermos construído boas casas para todos, terão forçosamente de se apertar um pouco” (1988[b], p.347).

Na situação revolucionária russa que adveio da catástrofe da guerra imperialista, o líder bolchevique, em sintonia com os anseios dos trabalhadores e dos pobres desabrigados e sem-teto, registrou a necessidade de ocupação de espaços nas residências urbanas com vistas a proteger a população do frio e da situação de penúria sob a qual passavam devido à crise social. De acordo com a proposta de Lenin, a coabitação seria temporária e emergencial, prevista até o momento de construções de novas casas.

A revolução de Outubro de 1917 foi resultado de um movimento amplo das massas, com o protagonismo da classe operária fabril, com forte adesão dos soldados e de camponeses que se recusavam a combater na guerra imperialista, desenvolviam a revolução agrária ocupando terras, e operários que implantavam o controle operário da produção. Significou um amplo movimento popular que agiu seguindo as suas experiências que se processavam nos acontecimentos e mobilizações desde fevereiro.

O processo de aprendizagem dos trabalhadores na crise social foi fundamental para os eventos da revolução. Os bolcheviques sondaram os desejos do povo. Eles compreenderam as aspirações elementares dos trabalhadores, dos soldados e dos camponeses. Levando-se em conta a vontade popular, elaboraram o seu programa, que encampou os anseios dos trabalhadores em lutas nos grandes centros urbanos e nas regiões rurais da Rússia. A vitória da Revolução Russa deveu-se, sem dúvida, à existência de uma direção revolucionária à altura dos acontecimentos e da tarefa.

Os primeiros passos do poder soviético dirigido pelos bolcheviques na esfera de melhorias das condições de moradia dos trabalhadores na cidade estiveram vinculados à abolição da propriedade privada sobre os imóveis urbanos, apartamentos espaçosos e terrenos nos limites da cidade.

No terceiro dia após a insurreição, o Conselho de Comissário do Povo dispôs-se sobre o tema da moradia: aprovou-se a moratória dos aluguéis às famílias, uma medida emergencial enquanto não fosse definido um regulamento mais duradouro sobre a questão habitacional. As administrações autônomas urbanas foram outorgadas o direito de ocupar

as habitações vazias em caso de necessidade, como apartamentos para aqueles cidadãos que estivessem necessitados de casa ou que vivessem em lugares insalubres.

Na medida em que se instituiu o poder aos Sovietes, estes órgãos de governo popular começaram a ocupar-se das questões relativas a administração urbana em geral, e entre elas, a de redistribuição das moradias nas cidades. Os Sovietes de Moscou e Petrogrado foram os primeiros a implantar a redistribuição do fundo de moradia. Pouco tempo depois, foi abolida a propriedade privada sobre os imóveis.

As comissões de moradia ficaram com o dever de registrar em seus distritos todas as casas que pudessem ser utilizadas como apartamento para os trabalhadores, além de determinar quem estaria sujeito ao desalojamento e quais pessoas deveriam receber prioritariamente os apartamentos em determinados edifícios, partindo da divisão da população nas categorias de operários, funcionários com responsabilidades nos Sovietes, população trabalhadora restante e indivíduos que não trabalhavam. Em Moscou, esses registros serviram de base para determinar quem estava sujeito a ser desalojado, quem poderia continuar em sua residência ou se mudar a outra casa. Deliberou-se, ainda, a área habitável que ocuparia cada pessoa.

Como resultado do trabalho dessas comissões, de acordo com Báeva, “Em Moscou, no prazo de dois meses, novembro/dezembro de 1917, foram requisitados 216 edifícios particulares e se albergaram neles 20 mil trabalhadores com suas famílias. Durante 1918, o Soviete de Moscou requisitou 4 mil edifícios da burguesia” (1980, p.108). Em Petrogrado, no final do mesmo ano haviam-se nacionalizado 2.900 edifícios, nos quais se alojaram “uma sexta parte da população total da cidade” (BÁEVA, 1980, p.110).

Segundo Victor Serge, no dia 17 de dezembro de 1917, foi confiscado o comércio de imóveis nas cidades (1993, p. 132). Algum tempo depois, deliberou-se a abolição do direito de herança e a sucessão privada sobre os imóveis.

O poder dos trabalhadores por meio dos sovietes instaurou a renda imobiliária, uma taxa a ser paga ao Estado, que centralizava o controle sobre a terra. Esses recursos foram aportados ao Estado Soviético, mas pela situação na guerra civil, não foi direcionado à política urbana exclusivamente.

Ao final de outubro de 1918, o Soviete de Petrogrado deliberou a resolução acerca dos “apartamentos gratuitos para as famílias dos combatentes do exército vermelho e dos marinheiros” (BÁEVA, 1980, p.109).

Com vistas a implantar a política de construção de moradias, após a abolição da propriedade da terra urbana e o confisco das casas de aluguéis, Lenin (1973, p. 104) defendeu a formação das Comissões de Construções. Instituídas por grupo de trabalho formados por sindicatos de trabalhadores, do Soviete de Deputados Operários, Soldados e Camponeses e de empresas de construção, a Comissão de Construções também deveria administrar o maquinário e o combustível para a viabilização das obras residenciais, conservação e reformas das instalações para serem habitadas. Além dos encaminhamentos acerca de construções e reformas, essas comissões se incumbiriam de viabilizar a calefação das casas, recurso necessário nas principais cidades russas.

Com o novo regime, segundo Anatole Kopp, verificou-se a formação de

clubes operários (geralmente barracões de igreja transformadas), as primeiras casas de repouso para os trabalhadores são criadas a partir das antigas residências da nobreza, constrói-se alguns monumentos que comemoram os dias revolucionários nos marcos da propaganda em monumento adotada pelo governo. Entretanto, pela ausência de recursos, e pelas condições políticas não permitiu as condições para o nascimento de uma nova arquitetura (1974, p. 58-59).

Verifica-se que os bolcheviques transformaram as instalações urbanas dos nobres e da grande burguesia em espaços de lazer e de saúde ao conjunto da população, bem como produziram monumentos memorialísticos da revolução.

Os primeiros decretos da política habitacional soviética favoreceram aos pobres urbanos, uma vez que possibilitou a satisfação rapidamente das condições de moradia aos trabalhadores e as famílias de escassos recursos, ao passo que eliminou o enriquecimento da burguesia à custa da renda da terra e dos altos aluguéis. Entretanto, vale destacar que a situação de guerra civil na Rússia, o ataque das potências imperialista ao país dos Sovietes e o isolamento da revolução, pois não se confirmou o processo de superação da ordem burguesa em outros países com forças produtivas mais avançadas, o que impactou duramente as questões relativas à moradia no país da Revolução de Outubro.

Devido à ausência de base material, a política social passou a segundo plano. Foi o chamado período do “comunismo de guerra” (1918-1921), ou seja, buscava-se sustentar a indústria de guerra e evitar a fome nas cidades com os escassos recursos existentes. Segundo Trotsky “o comunismo de guerra foi, no fundo, a regulamentação do consumo numa fortaleza sitiada” (2005: 55).

A despeito da penúria material, o alojamento da população sem-teto foi encaminhado nessa fase do socialismo russo pelos dirigentes bolcheviques. Segundo o historiador S. Smith:

Em 1918, uma “repartição revolucionária das habitações” foi proclamada sob o lema “paz aos barracos, guerra aos palácios”. Os trabalhadores foram retirados de suas “choupanas” e “becos” e colocados nos apartamentos dos ricos. Os chamados apartamentos grã-finos barskie, com seus quartos interconectados, tetos altos, fogões imensos, cozinhas e banheiros, no geral se mostraram impróprios para o que mais tarde veio a ser conhecido como *kommunalki*, ou apartamentos comunais nos quais cada família tinha um quarto para si, mas compartilhava, com outras, cozinha, banheiro e corredor. Isso causava muitas desavenças entre os habitantes (2013, p. 156).

Desse modo, devido a ausência de recursos para a habitação, notou-se o surgimento dos *komunalkis*, a expressão da forma de moradia na fase do “comunismo de guerra”, a residência compartilhada por várias famílias.

No início de 1921, com a revolta da fortaleza de Kronstadt e a rebelião camponesa na região de Tambov, uma insurreição campesina após incidentes que decorreram de requisição de produção agrícola, ficou evidente a impossibilidade da manutenção do “comunismo de guerra”. Adotou-se, então, a NEP (Nova Política Econômica, conforme a sigla em russo), medida sustentada por Lenin, aprovada pelo partido em seu 10º Congresso, em março de 1921.

Com a NEP, no tocante à habitação ocorreram mudanças, a maior parte das propriedades devolvida a seus antigos donos. Em 1922, os aluguéis foram reintroduzidos. Para S. Smith,

Desde o começo dos anos 20, o recomeço da migração para as cidades impôs intensa pressão sobre o número de habitações disponíveis. Em 1926, a alocação oficial de espaço habitacional por adultos era de apenas 4,9 metros quadrados para os operários, 6,9 para os funcionários e 6,1 para outros. Qualquer um que dispusesse de mais do que isso costumava receber um pedido de “autocompreensão” (*samouplotnit'sia*), isto é, abrir espaço para outras pessoas (2013, p. 156-157).

Por pressão dos novos capitalistas das cidades foi aprovado o decreto de 4 de junho de 1926, que estabelecia o princípio de que os aluguéis deveriam cobrir os custos de manutenção e da depreciação normal, de modo que deveria fixar uma nova escala aos arrendamentos. Na prática, tais considerações desvinculava o aumento dos aluguéis em relação ao aumento dos salários.

Ao final de 1926, nas cidades 46% de todos os trabalhadores habitavam residências de propriedade privadas. As casas construídas pela iniciativa privada de 1925 a 1927 superaram as edificadas com fundos públicos, e somente em 1928 a situação começou a inverter. Contudo, de acordo com as observações de E. Carr e R. Davies,

“grande parte das construções privadas, empreendidas por particulares e suas famílias, eram de baixa qualidade e valor em comparação com as de caráter público”, visto que tais construções “não levavam em conta as normas sanitárias ou técnicas, e os empreendedores privados construíam suas casas com materiais mais baratos que encontravam, que eram frequentemente inapropriados. O resultado eram casas de má qualidade, mas muito baratas, disseminadas pelos arredores das cidades, geralmente sem estar embasado a algum plano. Quase todas as construções privadas eram feitas de madeira; e, entre 1923 e 1926, somente 3,3% delas foram construídas de ladrilho” (1980, p. 655).

Vale destacar que as construções habitacionais privadas geralmente contavam com apenas um quarto e uma cozinha, que servia como sala de estar; seu custo médio por metro quadrado útil era 40 a 50 rublos, enquanto que a residência de construção pública chegava por volta de 130-160 rublos.

O Estado Soviético em 1922-1928 relegou a questão da moradia a edificação privada, pois realizou pouco no que tange a construção estatal. Nos anos 20 são contabilizadas algumas poucas construções públicas de referência para a arquitetura e o urbanismo soviético, como a cidade jardim Sokol (1923-1925) e o conjunto habitacional Lnotorg (1926), ambos projetos construídos em Moscou. Embora não tragam inovações fundamentais, essas edificações se caracterizam por levar em conta as preocupações com as questões sanitárias e comodidades. O grupo dirigente reconhecia a precariedade da questão habitacional no país, ao mesmo tempo em que no discurso oficial do Estado Soviético oferecer moradia digna aos trabalhadores era uma obrigação social. Entretanto, a questão da habitação não foi tratada como prioridade.

A partir de 1928 ocorreu uma grande mudança na orientação econômica na Rússia Soviética. A facção stalinista dirigente no PCUS passa a sustentar a superação da NEP e implanta uma grande guinada no sentido da industrialização. No campo são efetivadas as coletivizações forçadas e a liquidação dos camponeses que enriqueciam. Os recursos expropriados dos camponeses foram deslocados à industrialização. O planejamento da política de crescimento industrial foi parametrado por planos quinquenais, isto é, programação prevista com objetivos a serem atingidos em 5 anos. A política industrialista fortaleceu o controle de J. Stálin sob o PCUS e o Estado, retirando Bukhárin e os camponeses que enriqueciam e os *nepmans* do bloco de poder.

Torna-se importante destacar que, em 1936 na URSS, apenas 6% dos habitantes das cidades dispunham de mais de um cômodo para viver. Outros 40% dispunham de apenas um cômodo, 24% de parte de um cômodo, 5% viviam em cozinhas corredores e 25% alojavam-se em dormitórios, barracas e tendas.

Esses dados fornecem um bom quadro dos padrões de vida nesses tempos. Também nos proporciona uma vaga ideia das dificuldades de coabitação em lugares superlotados, nos quais a privacidade era impossível e a vida pessoal e familiar ficava extremamente restrita.

A situação se agravou com o conflito mundial e com o aumento da migração às cidades. Durante a II Guerra Mundial, a URSS foi duramente afetada, o enfrentamento à agressão alemã exigiu muito do povo soviético. O exército vermelho infringiu 75% das baixas às tropas do Terceiro Reich no conflito. O heroísmo do povo soviético livrou a humanidade da ameaça militar nazista. Entretanto, as consequências da guerra no tocante à habitação foram dramáticas, “A indústria de bens de consumo ficou mais atrasada, em relação à indústria pesada, do que no pré-guerra; somou-se a isso a crise do alojamento (50% das habitações foram destruídas durante a guerra, havia 22 milhões de sem-teto em 1945)” (COGGIOLA, 2003, p. 760). Além disso, agravou-se a migração camponesa para a cidade, surgindo a situação na qual em “1945, no leste da URSS, 18 milhões de russos viviam em construções provisórias de madeira.” (BROUÉ, 1996, p. 133).

O primeiro plano quinquenal traçou duplicar a produção de ferro, quintuplicar a de eletricidade e elevar a produção industrial total em 250%. Os enormes custos do plano

seriam financiados pela inflação, a queda do salário real, a expropriação violenta dos camponeses, a diferenciação salarial com o stakhanovismo e a severidade da disciplina do trabalho.

As “Stálinki”, ou casas dos tempos de Stálin, foram construídas a partir do início dos anos 1930 até meados dos anos 1950, sendo a maioria de estilo neoclássico. Havia “stálinki” de dois tipos: para a alta sociedade soviética e para os operários. As “stálinki” dos dirigentes se distinguem por grandeza de espaço e monumentalidade. Embora com a suntuosidade das fachadas, havia paredes interiores de má qualidade, pouco resistente à ação do tempo, e vigas de madeira suportando os pisos. A maior parte era de três ou quatro cômodos.

Segundo a jornalista Marina Obrazkova, nas residências da alta sociedade

viviam os dirigentes do Partido, altas patentes militares e policiais e destacados intelectuais da área técnica e criativa. As divisões dos apartamentos estavam bem planejadas. A planta de muitos deles previa escritórios e quartos de criança, bibliotecas e quartos de empregada interna, cozinhas amplas e dois banheiros, quartos grandes, de 15 a 25 metros quadrados, às vezes até 30, e despensas (2013).

Os edifícios da nomenclatura eram grandes, de traçado clássico e adornos discretos. As paredes exteriores eram de argamassa e ostentavam relevos. Em relação às moradias dos trabalhadores, a jornalista informou que:

As casas mais simples eram comunais, em outras palavras, albergavam várias famílias, se servindo todas do mesmo banheiro e da mesma cozinha. A área destes apartamentos é menor, por vezes os quartos são de passagem. Alguns apartamentos com corredor central, construídos no período pós-guerra, não possuíam ducha nem banheira. A arquitetura é sem ornamentos, as fachadas são lisas ou com um modesto relevo padronizado. Prédios destes eram construídos nos centros operários, junto das fábricas ou nos fundos dos quarteirões (OBRAZKOVA, 2013).

Assim, as habitações eram a demonstração prática da diferenciação social na ditadura stalinista. A sociedade que propagandeava caminhar ao comunismo, na realidade estava longe disso, pois havia a reprodução da desigualdade social, que expressava na política de moradia.

Ao que se refere à edificação dos alojamentos populares, o estudioso Vittorio de Feo anotou que:

Um fenômeno particular registra-se entre os anos de 1930 e 1934: a construção, por falta de tijolos, de mais de 100.000 casas pré-fabricadas em madeira; todas semelhantes, com duas escadas e 4 apartamentos de 4 cômodos úteis em cada andar, e banheiros públicos para cada 10, 12 edifícios. Uma organização especial, a Standartilstroy, é encarregada de procurar, nas diversas empresas, as peças padronizadas de madeira para a construção (2005, p.68).

Nota-se que, embora a produção industrial tenha crescido nos anos 30, os materiais de construção não eram viabilizados prioritariamente para a edificação de casas aos trabalhadores. O desenvolvimento era desigual, relativamente elevados para o aço e a eletrificação, mas bem inferior para o consumo médio particular, principalmente para as condições de moradia.

As construções para a camada dirigente da fase de Stálin caracterizavam-se como alojamentos relativamente grandes, dispostos sobre dois andares, e também aqui interligados mediante uma passarela, assim foi o edifício de habitação dos mais famosos da arquitetura soviética:

a casa dos colaboradores do Comissariado das finanças do povo em Moscou, de 1929, de Moisei Ginzburg e Ignathy Milinis. O edifício surge em um parque e o pavimento térreo é parcialmente livre, segundo o motivo dos pilotis. Os serviços centralizados compreendem: creche, escola, clube e restaurante, hospedado em um edifício anexo, conectado ao principal por uma ponte. Grandes janelas contínuas com vidros duplos, longas floreiras em relevo, enriquecem o volume simplíssimo; um jardim suspenso ocupa a cobertura dos edifícios (FEO, 2005, p. 69).

Como se vê, na “ditadura do proletariado” o edifício símbolo da arquitetura soviética foi erguido para abrigar o pessoal das finanças, construído com bons materiais, adequação arquitetônica, conforto, comodidade e preocupações com higiene e saúde. Mas em um contexto de insuficiência de materiais para a construção ao conjunto da população, que viviam em moradias coletivas insalubres e precárias.

Vale destacar que a burocracia soviética que dirigia o poder era restrita: “No mínimo 12%, talvez 15% da população, eis a base social autêntica dos meios dirigentes absolutista” (TROTSKY, 2005, p. 144), que respaldou a ditadura de Stálin. Esse seguimento dominante possuía a chance de residir confortavelmente na União Soviética stalinista.

Os limites na questão da moradia

Na crise revolucionária russa expressa na situação de dualidade de poderes entre fevereiro e outubro de 1917; os bolcheviques elaboraram o seu programa em sintonia às reivindicações, ações e disposições dos sem-tetos das cidades, entre outros trabalhadores em luta.

Os primeiros atos dos soviéticos após a Revolução de Outubro consideraram a questão da moradia, pois implementaram a expropriação das instalações urbanas, a nacionalização da terra e a formação das casas comunais enquanto medida emergencial.

O isolamento da Rússia revolucionária no plano mundial teve consequências no encaminhamento das construções de casas à população. O atraso industrial russo, a guerra civil deflagrada pelo exército branco com o apoio das potências imperialistas e, ao mesmo tempo, a não concretização da revolução mundial com o fim da I Grande Guerra, impactaram as forças produtivas negativamente na Rússia dos soviets, lançando-a numa condição de penúria social. Tal situação impôs a moradia precária, pois não havia os meios materiais para priorizar a política habitacional.

Com a NEP, autorizou-se a construção de residências para aluguéis. Entretanto, o quadro da moradia insalubre continuou, visto que o mercado regulado desfavoreceu o operário, pois os preços dos aluguéis foram reajustados na proporção maior que os salários pagos.

Na fase dos planos quinquenais, o Estado Soviético priorizou a indústria de bens de produção, deixando de lado os bens de consumo e as políticas sociais, como a de moradia, para a maior parte da população. Embora tenha-se ampliado as forças produtivas, somente a camada dirigente da União Soviética teve a sua demanda habitacional contemplada, uma parte pequena da população. A imensa maioria do povo continuava em casas coletivas precárias e sem infraestrutura adequada.

O stalinismo na política habitacional expressou a diferenciação social por meio da moradia. As construções destinadas à nomenclatura eram melhores elaboradas, em alguns casos luxuosas, confortáveis, com quarto de empregada, além de estarem em localizações

privilegiadas. As construções para os trabalhadores eram rústicas e sem acabamento adequado, muitas vezes em lugares afastados e distantes dos locais de trabalho.

Referências Bibliográficas

BÁEVA, L. **La política social de la revolución de octubre**. Trad. Miguel Sosa. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

BROUÉ, Pierre. **União Soviética: da revolução ao colapso**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1996.

CARR, E. H.; DAVIES, R. W. **História de La Rusia Soviética**. Bases de una economía planificada (1926-1929). Volumen I, 2ª parte. Trad. Andrés Linares. Madri: Alianza Editorial, 1980.

COGGIOLA, Oswaldo. “Economia política do “fim do Bloco Socialista””. In. COGGIOLA, Oswaldo. **História e economia: questões**. Tomo II. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003, pp: 741-788.

FEO, Vittorio De. **Arquitetura construtivista – URSS: 1917-1936**. São Paulo: Worldwhitewall Editora Ltda, 2005.

KOPP, Anatole. **Arquitetura y urbanismo soviético de los años veinte**. Editorial Lumen: Barcelona, 1974.

LENINE, V. I. O estado e a revolução. In. LENINE, V. I. **Obra escolhidas**. Trad. Instituto Marxismo-leninismo do PCUS. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1988[a], pp: 219-305.

LENINE, V. I. Conservarão os bolcheviques o poder de Estado? In. LENINE, V. I. **Obra escolhidas**. Trad. Instituto Marxismo-leninismo do PCUS. ed. São Paulo: Alfa-omega, 1988[b], pp: 327-365.

OBRAZKOVA, M. Os “filhos” da arquitetura soviética. In: **Gazeta Russa**. 27 de novembro de 2013. Disponível em: gazetarussa.com.br/arte/2013/11/27/os_filhos_da_arquitetura_soviética_23023. Acesso em dezembro de 2016.

REED, J. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SERGE, Victor. **O ano I da Revolução Russa**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. Trad. Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei. São Paulo: Sundermann, 2005.